



Filipe Duarte Santos
 Professor Catedrático da
 Universidade de Lisboa

Será difícil esquecer o ano de 2020 por várias razões. A primeira deve-se à pandemia provocada pelo vírus SARS-CoV-2 que continua muito ativa com mais de 100 milhões de pessoas infetadas e mais de 2,1 milhões de mortes.

A ação climática e o clima em 2020

Importa recordar que a pandemia resulta de uma zoonose, uma doença infecciosa provocada por vírus ou bactérias cujo hospedeiro é um animal. No caso do SARS-CoV-2 não se sabe qual foi o animal hospedeiro intermédio ou se resulta de um acidente desintencional que o libertou para o ambiente de um laboratório de virologia onde os vírus são potenciados (*gain of function*). Desde 1940, as zoonoses foram responsáveis por 75% das doenças infecciosas emergentes, a maioria com origem em animais selvagens, devido à intensificação da agricultura, à procura crescente de animais selvagens para alimentação, à desflorestação e às alterações climáticas. Se não se travarem estas tendências de insustentabilidade, as pandemias provocadas por zoonoses continuarão a ser mais frequentes, algumas delas graves como é o caso da Covid-19. A pandemia chamou a atenção para o facto de que o ambiente tem uma importância crítica em assegurar as condições que poderão permitir um futuro sustentável de bem-estar para a humanidade.

Para além de provocar uma dramática crise social e económica através do mundo, teve impactos muito fortes sobre o setor energético global devido à diminuição da mobilidade e da atividade económica. O preço do barril de petróleo atingiu valores negativos em abril de 2020 e teve uma recuperação lenta até aos 40 dólares, graças à contração voluntária da oferta por parte de vários países produtores, o que afetou duramente a indústria do petróleo. Na UE e nos EUA o carvão deixou de ser competitivo face às energias renováveis e ao gás natural, tendo o seu consumo baixado acen-tuadamente.

Pela primeira vez na história moderna o consumo de combustíveis fósseis baixou durante um ano sem ter tido ainda uma recuperação significativa. Prova desse facto é que as emissões de dióxido de carbono baixaram de 6,4% em 2020 relativamente a 2019. Estas

tendências provocadas pela pandemia criam uma oportunidade para acelerar a transição energética para as energias renováveis. A questão é saber se esta oportunidade vai ou não ser aproveitada. Uma notícia positiva foi a eleição de Joe Biden para Presidente dos EUA. Efetivamente o novo Presidente decidiu de imediato solicitar a readmissão dos EUA no Acordo de Paris, travou o controverso oleoduto Keystone XL, que iria levar o petróleo bruto extraído das areias betuminosas do Estado de Alberta no Canadá até às refinarias da Luisiana, e pôs em prática um conjunto de iniciativas destinadas a fortalecer a ação climática a nível nacional e internacional. Decidiu também iniciar uma campanha para descarbonizar totalmente a geração de energia elétrica em 2035 e atingir a neutralidade carbónica em 2050. O problema é a aprovação de legislação ambiciosa estar muito dificultada por haver no senado igual número de senadores democratas e republicanos e de o Supremo Tribunal ter uma maioria conservadora de 6-3.

Um relatório recente (SEI, 2020) dá uma visão do fosso existente entre a produção planeada de combustíveis fósseis nos vários países produtores e os níveis futuros globais de produção compatíveis com a limitação de 2° C do Acordo de Paris e, se possível, de 1,5° C. Atualmente, os países produtores planeiam produzir 120% mais combustíveis fósseis até 2030 do que o valor máximo que permite não ultrapassar 1,5° C. Dados recentes indicam que os países do G20 planeiam gastar 230 mil milhões de dólares no apoio às suas indústrias de combustíveis fósseis, duramente afetadas pela Covid-19, e apenas 150 mil milhões em energias renováveis. Nos países do G20, os que mais apoiam os combustíveis fósseis são a Grã-Bretanha, Turquia e México na OCDE, e a Arábia Saudita fora da OCDE. Para cumprir o Acordo de Paris seria necessário deixar de subsidiar as energias fósseis com os fundos de recuperação económica da crise pandémica.

O problema crítico atual é como reorientar as economias dos países com grande dependência no carvão, petróleo ou gás natural no sentido de evitar o agravamento da crise climática. Esta reorientação só será possível por meio de uma combinação de políticas nacionais de transição energética justa e de reconversão económica com mecanismos de solidariedade internacional. Os países produtores da América Latina e de África são incapazes, por si próprios, de efetuar uma transição energética, dado que as receitas da produção são necessárias para manter o equilíbrio social e económico e para pagar a dívida pública. Por muito difícil que seja conseguir uma transição energética global justa, num mundo cada vez mais fragmentado e onde se observam crescentes formas de protecionismo, estamos perante um imperativo moral.

A alternativa de não promover uma transição energética global não é aconselhável porque a mudança climática está a adquirir aspetos preocupantes, conforme os últimos anos revelam. A temperatura média global à superfície no ano de 2020 atingiu um máximo igual ao de 2016 de 14,9° C, o que corresponde a um aumento de 1,2° C relativamente ao que se considera ser o valor pré-industrial, ou seja, a média do período 1850-1900. O máximo de 2020 é notável por ter sido um ano que coincidiu com um episódio de La Niña, que provoca

anos mais frios, enquanto 2016 foi um ano de um episódio intenso de El Niño, que provoca anos mais quentes. Acresce que a década de 2011-2020 foi a mais quente jamais registada. Em junho de 2020 a Sibéria teve uma intensa onda de calor, na qual se observou pela primeira vez uma temperatura de 38° C acima do Círculo Polar Ártico na cidade de Verkhoyansk, onde no inverno se atingem temperaturas inferiores a -50° C. O ano 2020 foi catastrófico em termos de fogos florestais. Secas severas e temperaturas elevadas em muitas regiões provocaram fogos na Sibéria, nos EUA, onde ardeu a maior área de que há memória totalizando 4,1 milhões de hectares, e na Austrália, onde arderam 18,6 milhões de hectares de floresta e 3500 casas. Cerca de 30% da região do Pantanal, no Brasil, ardeu. Portugal teve

”
OS PREJUÍZOS
ECONÓMICOS
DOS PRINCIPAIS
DESASTRES DE 2020
PROVOCADOS PELO
TEMPO FORAM
AVALIADOS EM 258
MIL MILHÕES DE
DÓLARES.

uma área ardida de 65887 hectares, a segunda maior da UE.

O ano de 2020 foi também o mais tempestuoso de que há memória no Atlântico, com 30 tempestades tropicais, seis furacões de máxima intensidade (categoria 5) e 13 muito intensos. Dois destes furacões, Eta e Iota, devastaram parte do Panamá, Costa Rica, Honduras, Nicarágua, El Salvador, Guatemala e Belize, sucessivamente no mês de novembro, deslocando mais de um milhão de pessoas e semeando a malnutrição e a fome. O ciclone Goni, ao penetrar nas Filipinas, provocou ventos recordes de 315 km/h. Nos EUA, o custo da destruição provocada pelos furacões foi de 37 mil milhões de dólares. À escala global, 2020 teve 103 ciclones tropicais, quando a média era, no passado, de 80. As inundações de junho no Yangtzé, China, provocaram 278 mortes, destruíram 1,4 milhões de casas e empresas e provocaram prejuízos avaliados em 35 mil milhões de dólares, de acordo com a Seguradora Aon. Na Índia, a monção, no mesmo mês, provocou 1922 mortos. Os prejuízos económicos dos principais desastres de 2020 provocados pelo tempo foram avaliados em 258 mil milhões de dólares. Tudo isto está a tornar-se repetitivo e natural para quem vê as imagens na TV mas muito doloroso ou mortal para quem é vítima destes extremos cada vez mais intensos e frequentes. ■